

kaza atual

SIMBIOSE CRIATIVA

Para a curadora, historiadora e crítica Adélia Borges, o artesanato e o design brasileiros sempre caminharam juntos, e é isso que os torna únicos

TEXTO MARIANNE WENZEL

Observadora de primeira hora do design feito no Brasil ao longo de suas quatro décadas de atuação, Adélia Borges começou a escrever e falar sobre o tema quando ele ainda era um tanto misterioso para o público em geral. “Já havíamos visto, desde os anos 1940, trajetórias como a de Joaquim Tenreiro, Lina Bo Bardi, Sérgio Rodrigues, Jorge Zalszupin, Zanine Caldas... Mas tudo era pouco conhecido. Comecei a me perguntar qual seria a especificidade do design nacional. Então despertei para o fato de que a produção era muito mais manual e artesanal do que industrial”, conta ela, que em 2021 recebeu o título de doutora *honoris causa* da Unesp por sua pesquisa na área. “Ainda há muitos narizes torcidos e preconceito contra a palavra artesanato. Isso vem da sociedade escravocrata, como se quem trabalha com as mãos não pensasse. Mas a ideação faz parte do processo de criar um objeto. Essa dimensão precisa aparecer também”, defende. A seguir, Adélia fala sobre o histórico da valorização do nosso artesanato.



FOTO MARIANA CHAMA

QUANDO VOCÊ SENTIU QUE EXISTE UMA RELAÇÃO ESTREITA ENTRE DESIGN E ARTESANATO?

Conhecer a Janete Costa [1932-2008] foi fundamental para desenvolver esse olhar. Ela foi arquiteta, decoradora, designer e curadora, mas, acima de tudo, educadora. Quando cheguei até ela, eu vinha com essa inquietação, já via o manual e o artesanal como forças propulsoras, como impulso vital da cultura brasileira.

VOCÊ TRATA DISSO NO LIVRO *DESIGN+ARTESANATO: O CAMINHO BRASILEIRO*, DE 2012. ESSE MODELO É EXCLUSIVO NOSSO?

Aconteceu em vários países do Hemisfério Sul, mas em nenhum com uma força tão grande como aqui. Na África, grupos de fora costumam estabelecer uma relação bem assimétrica – os designers mais tiram coisas de lá do que trocam. Muitas vezes, nem deixam o protótipo dos produtos criados para a comunidade. Nesse sentido, o Brasil conta com experiências muito consistentes e duradouras. Os três nomes fundadores disso são Janete Costa, Renato Imbroisi e Heloisa Crocco. Marcelo Rosenbaum, com o projeto A Gente Transforma, transfere o protagonismo às comunidades envolvidas. Ronaldo Fraga e Sérgio Matos também possuem atuação contínua. Gosto da relação entre designers e artesãos quando ela envolve coletividade, codesign e cocriação.

DIANTE DA NOSSA DIVERSIDADE CULTURAL, É POSSÍVEL FALAR DE UM ARTESANATO COM DNA BRASILEIRO?

Dá para pensar em artesanatos brasileiros, no plural. Tenho mergulhado cada vez mais nos artefatos indígenas. As cerâmicas são muito variadas. A cerâmica suruí, por exemplo, é totalmente despida de adornos, com formas puras, até bauhausianas. Já as dos meinacos contêm muitos grafismos – que, aliás, mudam de povo para povo. Trata-se de um vocabulário ancestral, cheio de significados que carregam a história e a identidade de cada um. Se considerarmos essa pluralidade, existe um DNA brasileiro, sim.

COMO VOCÊ AVALIA A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL?

A visibilidade interna cresceu. Muitas lojas comercializam os produtos, além de uma associação de lojistas, o Coletivo de Fato. Em 2016, quando assumi a curadoria da loja do Masp, levei para lá essa concepção não hierarquizada da cultura, em que juntamos no mesmo espaço objetos de designers famosos e reconhecidos, talentos emergentes, comunidades indígenas, cooperativas de artesãos e artesãs. Reconhecer a origem e o valor desses itens é o que alimenta toda a cadeia. Já estive em 21 países falando sobre isso, há muito interesse lá fora também.

EXISTE UM RISCO DE GENTRIFICAÇÃO DO ARTESANATO?

O comércio obedece à lei da oferta e da procura. Os bancos indígenas ganharam visibilidade à medida que foram sendo expostos em galerias internacionais, eu mesma contribuí para isso como curadora. Eles ficaram sob um holofote de valorização,

e merecem isso. Se tem gente pagando, que bom. Quem não pode arcar com isso, mas quer apoiar a causa indígena, pode adquirir outros produtos, como uma pulseira.

ISSO PODE SER CONFUNDIDO COM APROPRIAÇÃO CULTURAL?

Não. O Davi Kopenawa, líder ianomâmi, fala que quem compra um produto indígena entra na economia da floresta e permite que os povos preservem seu modo de vida e sua relação não espoliadora com a mata. Não só não se trata de apropriação cultural como deve ser motivo de orgulho. Eu mesma sempre uso algum acessório quando tenho um compromisso público.

VOCÊ FAZ A CURADORIA DA LOJA DO MASP. COMO OCORRE A SELEÇÃO DAS PEÇAS À VENDA?

Adotamos o mesmo eixo temático da programação, que neste ano é Histórias Indígenas. Procuramos identificar quem está fazendo o que e, sempre que possível, comprar do próprio indígena ou, na melhor das hipóteses, de institutos e associações das etnias, que estão se formalizando cada vez mais. Nunca regateamos os preços. Para cada objeto incluído no acervo da loja, escrevo um texto sobre sua história e o autor. Isso facilita também o contato direto com as associações. A loja funciona como vitrine privilegiada, afinal, o público é bem diversificado e há muitos estrangeiros.

MUITOS ARTESÃOS AINDA DEPENDEM DA VENDA NO CORPO A CORPO. EM PARATY, RJ, RECENTEMENTE, ELAS FORAM PROIBIDOS DE COMERCIALIZAR SEUS PRODUTOS NAS RUAS DO CENTRO HISTÓRICO. FALTAM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA?

Totalmente, inclusive para educar o gestor público sobre isso. Os turistas, quando vão a Paraty, querem lembranças do lugar, e os guaranis produzem coisas lindas. O conhecimento é fundamental para embasar as ações, que por ora são isoladas, como as do Sebrae e dos Sescs. Pernambuco, Alagoas e Ceará possuem iniciativas estaduais interessantes, como a Lei do Mestre – que reconhece a maestria e remunera pessoas que ensinam ofícios. Mas, sim, faltam políticas públicas.

FALANDO SOBRE DESIGN DE INTERIORES, QUE ABRAÇOU A CAUSA DO ARTESANATO. ISSO VEIO PARA FICAR?

Espero que sim. Ganhamos o Leão de Ouro na Bienal de Veneza com o nosso pavilhão, sob a curadoria de Gabriela de Matos e Paulo Tavares, que apresentou a questão fulcral brasileira: o chão indígena e dos quilombos, representado pela terra. Conquistar o reconhecimento internacional com esse discurso sinaliza que devemos contar nossas histórias sob o nosso olhar. É preciso ampliar esse trabalho e pouco a pouco diminuir a ignorância de cada um de nós, e me incluo nisso, sobre a enorme riqueza deste país, que muitas vezes pode cruzar nossos trajetos diários e nem percebemos.